



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

ATA DE REUNIÃO DO DIA - CPAD

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às 11 horas realizou-se a reunião no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Auditório do Arquivo Regional de Belém, presidida pelo Diretor do Departamento de Documentação e Informação, Claikson Duarte com os seguintes participantes: Excelentíssima Desembargadora Rosi Farias (Presidente da CPAD), Luana Alamar, Leiliane Ribeiro, Randal Willams, Márcia Gouveia, Marly Cunha, Fernando Farias e Marília Teles (Secretaria de Informática). O Diretor Claikson Duarte começou a reunião afirmando que as três primeiras pautas seriam puramente informativa, sendo que a primeira trataria da Apresentação dos resultados da CPAD do ano de 2022 que teve um Edital de Eliminação publicado com cerca de 42 mil processos eliminados ainda em dezembro de 2022. O Randal informou a conclusão da avaliação de mais 21 mil processos, os quais deverão ser eliminados em Janeiro 2023, ainda na gestão da Desembargadora Célia Regina, totalizando cerca de 63 mil processos eliminados. A segunda pauta é sobre a criação dos cargos de Arquivista e Historiador, que é requisito do CNJ e está nos normativos do TJPA aprovados em 2021. A referida demanda fora pleiteada em março de 2018, no entanto no Concurso Público que teve o Edital publicado em 2019 não foi incluída, sendo que em 2022 o pedido foi reiterado, com as devidas justificativas, a fim de que o quadro de servidores do Tribunal incluía os cargos de Arquivista e Historiador. Colocou-se que existe uma pontuação do CNJ, a qual só será atingida se esses cargos forem incluídos no quadro do TJPA. Em caráter excepcional foi vislumbrada a contratação com cargo em comissão de um Arquivista, no entanto não se obteve êxito. Formalizamos expediente na Secretaria

de Gestão de Pessoas, desde 15/07/2022 para a inclusão dos Cargos no próximo Edital. A terceira pauta é sobre a composição da CPAD que foi atualizada pela Portaria 2.796/2022-GP, mas irá necessitar de nova atualização a fim de incluir os servidores que atuam na CPAD e não estão inclusos na Portaria como Randal Willians e Wilton Nunes. As pautas deliberativas incluem a proposta de melhorias como: gratificação pecuniária dos integrantes; mudança de local físico da CPAD e aumento do número de estagiários. O Duarte franqueou a palavra para os membros do CPAD abordarem a pauta. A Luana Alamar solicitou apoio quanto a necessidade de aumentar o número de estagiários para tenhamos uma equipe considerável para atender as demandas e pontuou que iniciamos com 10 estagiários e que devido a problemas com localização do prédio e conclusão de curso dos estagiários presentes ficaremos com apenas 2 estagiários na equipe. Com relação a mudança de local físico da CPAD o Duarte informou que teria o espaço disponível no prédio sede, no entanto, devido a logística dos documentos entre os setores do Arquivo a Secretaria não autorizou. A Luana pontuou que a insegurança com relação a mudança de local poderia ser repensada pois como cerca de 90% dos processos seriam eliminados e não voltariam mais para o Arquivo, não implicaria na logística de retorno. A Desembargadora Rosi sugeriu uma exposição bem esclarecida com relação ao que foi pontuado sobre a mudança. O Duarte falou que estamos peliteando uma Chefia para o Serviço de Avaliação Documental. Os servidores da Comissão falaram sobre a possibilidade de uma gratificação pecuniária dos integrantes da CPAD nos moldes em que já ocorre nas Comissões de outros Tribunais, como forma de incentivo e reconhecimento da equipe. A quinta pauta trata das demandas tecnológicas, sendo que o Duarte pontuou que um documento foi encaminhado em 2017 e que algumas demandas foram atendidas, no entanto ainda faltam demandas a serem implementadas que seriam relevantes para agilizar e facilitar o trabalho desenvolvido pela equipe, como por exemplo a preparação automática da listagem

de eliminação. A Marília Teles da Secretaria de Informática informou que a expectativa é que até o final desse ano as demandas que faltam sejam totalmente atendidas. Foi abordada a possibilidade do TJPA adquirir um programa de Gestão Documental compatível com o atual sistema de Processos LIBRA para a migração. A Luana pontuou a necessidade de verificar a viabilidade econômica para o Tribunal de adquirir novo sistema ou adaptar o LIBRA como já está sendo feito. O Duarte sugeriu a pesquisa em outros Tribunais a fim de verificar os programas de Gestão Documental que utilizam a fim de verificar a possibilidade de aplicação no TJPA. A sexta pauta refere-se ao acondicionamento e tratamento do acervo permanente e a Marly pontuou que no processo de avaliação é dada equivocadamente ênfase na eliminação, no entanto todo o processo trata da seleção da documentação permanente que está crescendo em volume, a qual necessita de um local adequado para ser acondicionada, tratamento de higienização e trabalho de descrição arquivística atualizada para facilitar a pesquisa e tornar a informação acessível. A Leiliane pontuou a necessidade de criação de um Arquivo histórico para armazenamento dessa documentação permanente. Com relação a periodicidade da reunião do grupo o Duarte sugeriu que seja pelo menos de quatro em quatro meses a fim de tratar das demandas pertinentes trazendo sugestões e resultados. E como nada mais a havia a ser tratado encerrou-se a presente reunião. Belém 18 de novembro de 2022.